

às demais classes; nessa transferência, entretanto, parte daqueles ônus vai caber à própria classe dominante, na fração voltada para o mercado interno, daí a presença dessa fração nas inquietações, nas rebeldias, no tremendo abalo que só encontra fim na segunda metade do século XIX. Os recursos para manutenção do aparelho de Estado provinham, então, da população economicamente válida e desligada dos lucros da exportação: dos contribuintes de classe média, dos produtores que supriam o mercado interno, e das importações.

Quando a classe dominante brasileira, pois, realiza a independência com o mínimo de alterações internas, transfere à fase posterior uma estrutura colonial de produção, que decorrerá das condições vigentes no ocidente europeu, no século XVI, particularmente do primado do capital comercial que, operando na esfera da circulação, oferecia a determinadas áreas o que outras se especializavam em produzir. A divisão que se opera à base do predomínio do capital industrial, quando a produção domina a circulação, é de outra qualidade. Intervêm nela muito menos condições ecológicas que especializam determinadas áreas geográficas na produção de determinadas mercadorias do que condições econômicas, que forcem a especialização, independentemente de condições ecológicas. A especialização, assim, decorre da estrutura colonial, mantida pela dependência econômica. *A situação de dependência*, substituindo a situação colonial, *está no modo de produzir as mercadorias e na escolha das mercadorias a produzir, e não na subordinação a determinada metrópole.*

Firma-se, conseqüentemente, outra forma de dependência, entre a classe dominante no país recém-autônomo e forças externas, agora a burguesia inglesa; aquelas definem a política econômica como fundada no livre-cambismo, que desvenda inteiramente o mercado interno aos fornecedores externos, e no recurso aos empréstimos externos para cobrir as diferenças negativas da troca com o exterior e aquelas oriundas dos orçamentos deficitários. A situação econômica impunha medidas que alterassem a estrutura vigente; tais medidas não poderiam acudir à classe dominante interessada em manter a estrutura colonial. Para mantê-la, havia duas válvulas: a dos empréstimos e a das emissões. Com a primeira, satisfazia-se o aliado externo, às custas do país, mas não da classe dominante. Com a segunda, socializavam-se os prejuízos e distribuíam-se os ônus. Em 1829, o Banco do Brasil era fechado, encerrando a primeira fase de sua existência.